

**DESPACHO DECISÓRIO / ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 020/2021.

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL N 009/2021.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA EM LICITAÇÕES

---

**ANTÔNIO VICENTE DE SOUZA**, Prefeito Municipal de Gouveia (MG), no uso de suas atribuições legais e tendo como prerrogativas os regramentos instituídos pela Lei Federal nº 8.666/93 e:

*CONSIDERANDO que a municipalidade mantém inarredável interesse na preservação do caráter competitivo dos certames licitatórios, cujo objetivo primeiro é o de obtenção da melhor proposta, o que envolve preço, qualidade, eficiência, cumprimento de obrigações contratuais, atendimento aos requisitos legais e regulamentares, garantia, dentre outros;*

*CONSIDERANDO a orientação do Tribunal de Contas da União contida no informativo nº. 266 do TCU, segundo a qual a Administração deve identificar um conjunto representativo dos modelos disponíveis no mercado que atendam completamente suas necessidades antes de elaborar as especificações técnicas, de modo a evitar o direcionamento do certame;* ✓

*CONSIDERANDO que embora as exigências de qualificação técnica estabelecidas nos itens 9.1.3.2 , "a", e 9.1.3.3. do edital licitatório em questão me pareçam possível, in tesi, diante do estabelecido no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal c/c art. 30, IV da Lei nº. 8.666/1993 c/c Lei nº. 4.769/1965, **aperfeiçoou-se de forma restritiva diante das características complexas ou multidisciplinares do objeto do certame;*** ✕

CONSIDERANDO que, nesta fase do certame, a exigência editalícia (itens 9.1.3.2 , "a", e 9.1.3.3) me pareceu impor restrição ilegítima cotejada diante das **características do mercado e objeto, com potencial de infringir os parâmetros legais estabelecidos no art. 3º, I, da Lei 8.666/93** diante da eventual restrição incompatível com os princípios da licitação e contratações públicas;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 3528/2021, exarado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, determinando a suspensão cautelar do Pregão Presencial, ainda que respaldado em fundamentos lançados em sede de cognição sumária;

CONSIDERANDO que não houve preterição de contratação, nem tampouco prejuízo ao erário ou aos licitantes;

CONSIDERANDO que a Administração deve reconhecer e anular de ofício seus próprios atos quando acometidos de vícios de ilegalidade com fulcro no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e nas Súmulas nº 346 e 473 do STF;

CONSIDERANDO o contexto, impõe-se o reconhecimento de nulidade nos termos do art. 49 (...) da Lei n.º 8.666/93, por substanciar potencial condição restritiva, passível de frustrar o caráter competitivo do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa;

**DECIDE,**

**ANULAR**, por vício de ilegalidade, os atos constituintes do certame licitatório do Pregão Presencial nº 009/2021 - Processo nº 020/2021, reconhecendo e decretando a INVALIDAÇÃO DO CERTAME a partir do edital / publicação, e, assim, determinando a adequação necessária à abertura de novo procedimento licitatório / edital que não contemple exigência similar à estabelecida nos itens 9.1.3.2 , "a", e 9.1.3.3.



Antonio Vicente de Souza  
Prefeito  
Gouveia/MG



## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA-MG

CNPJ: 17.754.144/0001-36

Fone: (38) 3543-1225/1224

E-mail: gabinetepmg2017@gmail.com

Trabalho e coragem pra fazer mais!  
Administração 2021/2024

Promovam-se ou expeçam-se as publicações e intimações devidas para ciência e fiscalização dos interessados e fins de direito pertinentes.

Comunique-se ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Registre-se.

Gouveia (MG), 01 de março de 2021.



**Antônio Vicente de Souza**  
Prefeito Municipal

---

Vistos e Etc.

Ciente e Anuente.

Gouveia (MG), 01 de março de 2021.



**Igor Felipe Monteiro Rocha**  
Assessor Jurídico - OAB/MG nº. 205.398





## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA-MG

CNPJ: 17.754.144/0001-36

Fone: (38) 3543-1225/1224

E-mail: gabinetepmg2017@gmail.com

Origem. Antônio Vicente de Sousa – Prefeito Municipal de Peçanha

Destino. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE (MG)

Conselheiro Substituto Adonias Monteiro – Sec. da 2ª Câmara do TCE (MG)

Ref.: Denúncia n. 1.098.446

Ofício nº 3528/2021 - SEC/2ª Câmara

Natureza. Informações (Presta)

Gouveia (MG), 02 de março de 2021.


Exmo(a). Conselheiro(a),

Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a),

Com nossos cumprimentos, em razão do teor do Ofício acima referido, nº 3528/2021 - SEC/2ª Câmara, oriundo deste Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e do respectivo despacho / decisão exarado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Substituto Adonias Monteiro, Relator da Denúncia n. 1.098.446, informamos que, com os fundamentos do Despacho Decisório competente, foi determinada a ANULAÇÃO do Pregão Presencial nº 009/2021 - Processo nº 020/2021, invalidando o certame a partir do edital / publicação, e, assim, determinando a adequação necessária à abertura de novo procedimento licitatório / edital que não contemple exigência similar à estabelecida nos itens 9.1.3.2 , "a", e 9.1.3.3.

Consideramos que, embora as exigências de qualificação técnica estabelecidas nos itens 9.1.3.2 , "a", e 9.1.3.3. do edital licitatório em questão tenham indicado pertinência diante do estabelecido no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal c/c art. 30, IV da Lei nº. 8.666/1993 c/c Lei nº. 4.769/1965, aperfeiçoou-se de forma restritiva diante das características complexas ou multidisciplinares do objeto do certame.

É que, embora de forma superveniente, a exigência editalícia (itens 9.1.3.2 , "a", e 9.1.3.3) nos pareceu impor restrição ilegítima cotejada diante das

  
Antônio Vicente de Souza  
Prefeito  
Gouveia/MG

características do mercado e objeto, com potencial de infringir os parâmetros legais estabelecidos no art. 3º, I, da Lei 8.666/93 diante da eventual restrição incompatível com os princípios da licitação e contratações públicas, o que comprometeu a lisura do certame, a isonomia entre os possíveis licitantes interessados e a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

A despeito deste Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ao apreciar liminarmente o conteúdo da Denúncia nº. 1.098.446, ter determinado a suspensão do certame, *data vêniam*, entendemos que o reconhecimento *ex officio* da nulidade, insanável, impunha a declaração de invalidação do procedimento licitatório em homenagem ao princípio da celeridade, da economia processual e da autotutela, em qualquer caso, com a necessária ciência e comunicação a este Órgão de Controle.

Nestes termos, é pertinente registrar que a municipalidade mantém inarredável interesse na preservação do caráter competitivo do certame e na obtenção da melhor proposta, o que envolve preço, qualidade, eficiência, cumprimento de obrigações contratuais, atendimento aos requisitos legais e regulamentares, garantia e afins.

Sendo estes os esclarecimentos que temos, o encaminhamos juntamente com os documentos competentes à análise e apreciação deste Órgão de Controle, aguardando sejam acatadas as justificativas e feita a costumeira justiça.

À apreciação de V. Exa.



**Antônio Vicente de Souza**

Prefeito Municipal

---

Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



Trabalho e coragem pra fazer mais!  
Administração 2021/2024

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GOUVEIA-MG

**CNPJ: 17.754.144/0001-36**

Fone: (38) 3543-1225/1224

E-mail: gabinetepmg2017@gmail.com

Secretaria da 2ª Câmara – Conselheiro Adonias Monteiro - Denúncia n. 1.098.446

Av. Raja Gabaglia 1.315 – Luxemburgo,

Belo Horizonte - Minas Gerais

CEP: 30.380-435



Antonio Vicente de Souza  
Prefeito  
Gouveia/MG